

MULHERES CINEASTAS, FEMINISMO NEGRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: EXPERIÊNCIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Autor: Lucas Leal

Universidade Federal Fluminense – lucaslealhistoria@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta início de investigação acerca da atuação das mulheres cineastas negras. Teceremos caminhos para entender questões socioeconômicas e políticas sobre a pouca existência das mulheres cineastas. Quer-se desvelar existência do racismo epistêmico para entender a importância do feminismo negro na esfera dos novos movimentos sociais. Haverá necessidade de uma linha de argumentos sobre a dominação masculina e a tentativa de construir uma matriz feminista para estudos de gênero, homens e masculinidades, dada a identidade do proponente. Os dados para pesquisa estão sendo recolhidos para tese de doutorado em Política Social na Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ) e surgirão tendo como campo ou espaço social a Universidade e cursos de Extensão. Serão 3 cursos implantados a partir do segundo ano de doutoramento. São eles: 1- *Cinema e mulheres: penso, logo filme!*; 2- *Cineastas negras – Ciclo de cinema como tema gerador*; 3- *Feminismo negro e movimentos sociais: Prática com cinema documentário*.

Palavras-chave: Mulheres cineastas; Feminismo negro; Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta início de pesquisa de doutorado em Política Social, que tem como objetivo desvelar questões sobre a ausência de mulheres negras cineastas. Torna-se fundamental trazer questões sobre o feminismo negro e a importância da discussão para os movimentos sociais contemporâneos. Os dados serão recolhidos a partir da experiência do cinema compartilhado e o “ver juntos” (RESENDE, 2016) tendo como campo ou espaço social (BOURDIEU, 1996) a Universidade e cursos de Extensão. Os cursos serão oferecidos na própria UFF, são eles: (Fase 1 – 2017.2) *Cinema e mulheres: penso, logo filme!*¹; (Fase 2 – 2017.2) *Cineastas negras – Ciclo de*

¹ Aprovado em reunião do PCH em 10/05/2017 – Infes - Uff- Santo Antônio de Pádua.

*cinema como tema gerador*²; (Fase 3 – 2018.1) *Feminismo negro e movimentos sociais: Prática com cinema documentário*³ (2018.2).

Para construção da tese teceremos os seguintes caminhos teóricos: a questão das mulheres cineastas (TEDESCO, 2012); debate sobre o racismo epistêmico (SANTOS, 2016) para entender a importância do feminismo negro (Idem, Ibidem) na esfera dos novos movimentos sociais. Ainda há uma linha de argumentos sobre a dominação masculina (BOURDIEU, 2002), mesmo questionando-o; buscando construir uma matriz feminista (MEDRADO E LYRA, 2008) em estudos de gênero, sobre homens e masculinidades, dada a identidade do proponente do projeto (homem, branco).

De início a proposta consiste investigar sobre as mulheres cineastas, especificando também a esfera das cineastas negras, como campo social, de grupo social, em um espaço social, na relação dos direitos humanos. Para análise crítica adotamos caminho teórico-metodológico da pesquisa-ação (JORDÃO, 2004), revelando ainda, estratégias da animação cultural (MELO, 2002) e estudos culturais contemporâneos (HOLLANDA, 2004). Salienta-se a necessidade do que será observado das três fases iniciais; para concluir a tese junto com um longa metragem documentário.

Enquanto sujeitos sociais ou grupo social, ou pensando como espaço social (de investigação); teremos universitárias, universitários e cursistas (professores, alunas e alunos do ensino médio acima dos 16 anos) ocupando a universidade para discutir a existência da *cultura do machismo*, temática que recentemente tomou a sociedade. A ideia do documentário apresenta possibilidade de visibilidade de um povo e não seu desaparecimento, através da experiência do cinema compartilhado. No artigo, traremos algumas discussões iniciais e propositivas do projeto.

METODOLOGIA:

No primeiro ano de doutoramento (2016.2 e 2017.1) construímos referências sobre políticas sociais, questões de identidade e relações de gênero que se estabelecem no âmbito das sociedades modernas e implicam diferentes formas de compreensão social dos sujeitos sociais envolvidos. Buscamos encontrar questão atual no âmbito das divisões sociais do trabalho, que apresentam estrutura sexista, com características de racismo epistêmico. Associando as mulheres, o mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 1986.), como a cultura e a arte, apontou à questão da ausência de mulheres negras cineastas, importante questão para discutir no âmbito dos movimentos sociais.

Os dados de investigação têm como campo social a própria Universidade, e se divide em três fases, com projetos de extensão. Na fase 1, *Cinema e mulheres: penso, logo filme!* ; daremos

² Projeto ainda a ser apresentado ao PCH.

³ Projeto ainda a ser apresentado ao PCH.

destaque a questão da Educação em direitos Humanos (EDH) para trazer o debate sobre as mulheres cineastas. Fazendo uma discussão mais ampla sobre pobreza e divisão social do trabalho a partir de desigualdades de gênero e étnico-racial.

Na fase seguinte, *Cineastas negras – Ciclo de cinema como tema gerador*; queremos fomentar debates especificando a importância do feminismo negro entorno da questão. A cada encontro teremos filmes para discutir a questão racial e de gênero com base na lista do Geledés⁴, e o primeiro longa metragem⁵ dirigido por uma cineasta negra no Brasil⁶, que só foi ao cinema quando se colocou na sessão “pornografia”. A cada encontro uma “sessão de bate papo” com pesquisadoras e pesquisadores sobre a questão (não necessariamente negras ou negros, como o proponente do projeto). Vamos registrar os debates além de exibirmos fragmentos dos depoimentos da fase 1 – já incidindo na experiência de “Ver juntos” que Resende (2016) refere em sua tese.

Na fase 3, *Feminismo negro e movimentos sociais: Prática com cinema documentário*; trataremos as questões junto com o fazer cinema documentário. Vamos resgatar questões das duas fases anteriores, revendo as imagens dos dois projetos anteriores, enquanto grupo social, construindo novas imagens e pensando na finalização do documentário junto com a tese crítica analítica. A parte prática, de experimentações de visualização ao mesmo tempo em que se fazem novos registros de imagens, é um exercício de prática com documentário para “Ver juntos”, na perspectiva do “cinema compartilhado” proposto por Resende (tese de 2016).

Seguindo exercício feito pelo autor durante seu doutoramento, vamos propor novos registros depois de exibirmos as imagens dos registros das fases 1 e 2 (registraremos o que for debatido durante a visualização dos registros; possibilidade de analisar múltiplas imagens produzidas para se criar novas percepções ou até enfatizar o que se foi dito); mesmo que não sejam as mesmas participantes e os participantes, a construção do documentário será um resgate do processo. Pensaremos durante o fazer documentário, com registros anteriores e novos. A tese crítica analítica e os conceitos que envolvem a temática tomará base as experiências na extensão universitária, ainda não realizadas. Por isso, no artigo, destacamos as proposições de forma teórica e propositiva.

As etapas seguintes são conclusivas e estão organizadas assim: (Fase 4 – 2019.1) Análise dos dados e das imagens; início das edições das imagens; (Fase 5 – 2019.1) Qualificação com *teaser* do documentário sobre os projetos e as questões teórico-metodológicas em forma de capítulo

⁴ Filmes lançados a partir de 1995. <http://www.geledes.org.br/mulheres-negras-no-cinema-16-filmes-que-voce-precisa-assistir/#gs.X8rJ=fw>

⁵ Filme completo, direção Adélia Sampaio (1984): <https://www.youtube.com/watch?v=ExYx2IUvmO0>

⁶ <http://blogueirasnegras.org/2016/03/09/o-racismo-apaga-a-gente-reescreve-conheca-a-cineasta-negra-que-fez-historia-no-cinema-nacional/>

de tese; (Fase 6 – 2020.2) Aperfeiçoamento do texto e finalização da edição das imagens; (Fase 7 – 2020.1) Defesa de tese, com texto crítico-analítico e com filme longa metragem documentário com base nos cursos de extensão das fases 1,2 e 3.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em questão buscará entender questões sobre as mulheres que incidem diretamente nas relações sociais, na divisão social do trabalho, que as colocam sempre em situação de vulnerabilidade em relação às estruturas de poder. Em todos os espaços sociais, as relações de poder, desde o capital cultural, simbólico, ao econômico, estabelecem-se a partir de relações de dominação masculina. Essa constatação, no olhar da pesquisa, não quer ser uma conformação, e sim ponto a ser transformado, não devemos justificar aceitação da *cultura do machismo* e sim combater. Como homem, branco, imagino ainda ser fundamental pôr em questão a existência do *racismo epistêmico* nas relações institucionais, embora no Brasil alguns discursos busquem amenizar a existência, ou não colocamos em debate a questão.

O feminismo negro entra no cenário universitário mais frequente, sobretudo com as cotas estudantis dos anos 2000. O que não quer negar toda luta feminista dos anos 1960, 70, 80, década de 1990 e do movimento negro (de quase 400 anos de resistência antes da abolição 1888), pelo contrário, queremos revelar a historicidade. Santos (2016 apud CRENSHAW, 2002) diz que a literatura sugere o cruzamento dos dados entre opressão de gênero e raça (*interseccionalidade*) – que apontam para violência estrutural na sociedade em relação as mulheres negras.

Na posição de pesquisador homem, branco, querendo entender as mulheres negras, busco apoio em Medrado e Lyra (2008), embora falem especificamente da questão da saúde, apontam para questões importantes do ponto de vista social, a dimensão relacional entre homens e mulheres:

Essa complexidade é exigida ao adotarmos a dimensão relacional de gênero, evitando-se, assim, uma leitura marcada pela dicotomia e permitindo inclusive a emergência de outros objetos de pesquisa, a partir da abordagem de gênero, dentro de uma perspectiva feminista, que tem o poder como dimensão central de análise. (p.820).

Nossa perspectiva de análise é pensar na “ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da política, das instituições e das organizações sociais” (idem, ibidem). A proposta apoia o diálogo de produções que adotam “gênero” como categoria analítica. Em pirâmide simplificada, da estrutura social de privilégios, teríamos; Homem Branco, Homem Negro, Mulheres Brancas, Mulheres Negras (há controvérsias e nuances; como questões LGBT; *Queer*; *Agenero*; entre outras

identidades de gênero e sexualidades). É comum a identificação da mulher negra dentro da esfera de extrema vulnerabilidade e até invisibilidade perante decisões públicas e políticas.

Nossa questão está inserida como campo social, de grupo social, em espaço social determinado e a partir de política específica, que aponta vitória da luta histórica dos movimentos sociais. Neste sentido destacamos a importância do debate das cotas, das mulheres negras na Universidade, na esfera dos direitos humanos. Enfatiza-se a resistência negra de quase 400 anos em relação a situação de trabalho escravo no Brasil antes da abolição – comumente tratado como movimento de abolição de 1888 – justificando o racismo epistêmico. Santos (2016), diz que se rejeitarmos os movimentos anteriores, onde as mulheres negras se suicidavam ou abortavam, como forma de resistência, vamos considerar o feminismo a partir das mulheres brancas da década de 1960 nos EUA, como a historiografia, inclusive no Brasil, por certo tempo tratou.

No processo de pesquisa percebemos claras contradições e tensões. As tensões político-sociais e de construção de identidade se estabelecem na medida em que eu, propositor do projeto, sou homem, branco, querendo entender questões das mulheres, negras. Estabelecendo limites, ponho-me na posição de compreender o ponto de vista do outro, das outras nesse caso, mas também afirmar o ponto de justificação do projeto, minha atividade profissional como docente universitário. Há uma relação de interesse particular profissional, e partirei do pressuposto que o mais importante será estabelecer uma relação dialógica com todas e todos participantes dos projetos.

Tedesco (2012) afirma que a presença das mulheres no cinema se deu em todo período do primeiro século de existência do cinema (sobretudo na América Latina); mas de forma irregular, fragmentada e sem continuidade. As poucas que se aventuraram, sofreram problemas de ordem externa, desconfiança das habilidades técnicas; vendo seus projetos engavetados e esquecidos. Chamou atenção problemas de registro das memórias e narrativas, desconstruídas e conflituosas sobre a cronologia das produções (idem, *ibidem*, p. 101). Destacando a questão com outro recorte da pesquisa, as mulheres negras, são poucas realizadoras (reconhecidas) no Brasil. Para atualizar dados, temos o Canal *Afroflix*⁷, que divulga produção cinematográfica sobre a questão das mulheres negras, do feminismo negro, com referências dos movimentos sociais contemporâneos.

A questão das mulheres negras vem ficando cada vez mais evidente nas universidades públicas depois das cotas. A lei 3.708/01 de 2001 instituiu sistema de cotas para estudantes denominados negros ou pardos, destinando 40% das vagas das universidades estaduais do Rio de Janeiro. Lei aplicada desde 2002 na UERJ e UENF. A UFF usa Lei nº. 12.711/2012, direito à

⁷ <https://www.facebook.com/afroflix/>

Política de Ação Afirmativa. Recentes mudanças em relação a autodeclaração, convoca para aferição da autodeclaração de Cor/Etnia (espécie de vistoria por uma comissão de cada Instituição)⁸. Diante do tema vamos entender as relações que se estabeleceram pela presença da mulher negra nas Universidades para responder como o grupo social constrói seus argumentos, tendo o cinema como possibilidade para discussão, na esfera dos movimentos sociais. Embora apresentemos forte movimento negro, e das mulheres negras, com diversas ONGS pelo país, a questão do racismo ainda é estrutural, como aponta o estudo de Santos (2009).

Para Crenshaw (2002 Apud SANTOS, 2016) a ciência moderna objetificou e inferiorizou os saberes de grupos (mulheres, negros, indígenas, homossexuais, não ocidentais etc.) definidos como os *outros*, incluindo a área dos estudos feministas no Brasil. O movimento feminista negro é, portanto, processo racional de luta contra opressão, mudando a experiência de vivência das mulheres. Ao trazer o conceito de *interseccionalidade*, evidenciamos questões étnico-raciais, desvelando questões do racismo epistêmico na estrutura social. Segundo ela:

Assim como o sexismo epistêmico, o racismo epistêmico se constituiu historicamente enquanto um mecanismo de poder que objetiva o extermínio material e simbólico dos *outros* (DÍAZ, 2010). Para Ramón Grosfoguel (2011), os racismos político e econômico são expressões mais perceptíveis do que o racismo epistêmico uma vez que esse último se manifesta de forma mais velada. Apesar disto, o racismo epistêmico foi a forma fundante e a versão mais antiga do processo de subjugação, silenciamento e extermínio dos saberes e tradições dos não europeus. (p.11).

O artigo revisita a história do feminismo e nos interessa a respeito de reconhecimento da produção feminista em determinado contexto:

A despeito do reconhecimento do fato que os estudos feministas criticam os pressupostos da neutralidade e objetividade da ciência moderna que historicamente excluíram os *outros*, também é necessário recordar que o projeto político feminista foi ancorado na tradição da modernidade (PISCITELLI, 2002). Isto coloca o desafio de refletir em que medida este projeto, que também nasceu enquanto produção teórica em contextos territoriais hegemônicos (Europa e Estados Unidos), conseguiu romper com a perspectiva política e ideológica de construção unidimensional do conhecimento. Desafia-nos ainda a refletir sobre como a área dos estudos feministas no Brasil dialogou com a produção e com o debate sobre as relações étnico-raciais em âmbito nacional e internacional. (pp.11-12).

⁸ “A Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, na região Metropolitana do Rio, declarou 113 candidatos não aptos para ingressar nos cursos de graduação por meio das cotas. Os candidatos faziam parte dos 198 convocados pela Comissão de Aferição da Autodeclaração de Cor/Etnia para entrevista após terem documentos e foto verificados. Os candidatos foram selecionados entre a 1ª e 3ª chamadas. Conforme a UFF, na fase de pré-matrícula presencial eram 698 candidatos, sendo que 198 foram convocados para a entrevista. Dos convocados, 68 foram aprovados e 17 desistiram do processo.” <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-03/uff-desclassifica-113-candidatos-que-concorreram-vaga-por-meio-de-cota>

Há afirmação identitária e a autora (p.12) diz que a partir de orientações feministas e antirracistas, sua posição é de partidária do feminismo negro e do feminismo pós-colonial, compreendendo essas vertentes do feminismo como teorias e éticas de emancipação humana. (apud hooks, 2004). Para conceituar gênero ela faz uso “das considerações da historiadora Joan Scott (1995), que compreende tal categoria como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças sexuais e que se institui como uma forma primária das relações significantes de poder.” (p.12). Em relação ao termo raça:

(...) partilho da definição conceitual de Michel Wieviorka (2007), que não a compreende como variável biológica, mas sim, como um construto histórico-social que legitimou práticas de subordinação e hierarquização de diferentes grupos sociais. Isso implica no meu reconhecimento do fato de que embora a raça não exista em termos biológicos, ela está presente no imaginário e, por meio de classificações assimétricas sobre o fenótipo de comunidades e indivíduos, organiza as relações de poder. (p.12).

Essas duas categorias são importante quando juntas na análise. Em bem da verdade, a literatura desde Crenshaw (2002) aponta para o cruzamento dos dados entre opressão de gênero e raça – destacando a violência estrutural na sociedade. Esse debate interessa para definir conceitos de *interseccionalidade* para analisar a questão da discriminação racial e da discriminação de gênero – conceito que compreende a interação entre diferentes sistemas de desigualdades.

No que tange especificamente o feminismo, a crítica vem em relação ao modelo ocidental:

No cenário de crise de paradigmas, os estudos feministas apontaram que o pensamento científico ocidental estava fundamentado por oposições binárias entre cultura/natureza; mente/corpo; atividade/passividade; racionalidade/irracionalidade; luminosidade/escuridão; razão/paixão. Cada um desses opostos é uma hierarquia que representa o binarismo homem/mulher, onde o lado feminino é visto como fraco, secundário, negativo e destituído de poder. Para a filósofa Simone de Beauvoir (2009), essas são oposições que associaram historicamente as mulheres à natureza e não à cultura, moldaram a representação de que as mulheres são apenas aquilo o que os homens não são e conformaram a figura da mulher como símbolo de imanência e a imagem do homem como sinônimo de transcendência. Neste sentido, de acordo com Beauvoir, nas sociedades ocidentais o homem é o *Ser* e a mulher é o *Outro*, o *segundo sexo*. (p.14).

Destacamos importância de novos estudos feministas, uma vez que, são uma problemática a ser estudadas por meio da perspectiva das experiências das mulheres (HARDING 1996; 1998, apud SANTOS 2016, p.14). Nos estudos encontramos implicações expressivas de relações de poder na estrutura social. A autora destaca que os estudos dão origem a temática na academia:

Na História, as problematizações feministas fomentaram o surgimento do campo da *História das Mulheres*. Este campo surgiu na década de 1970 a partir da interação de historiadoras com o movimento feminista, impulsionadas pelo objetivo de superar a perspectiva androcêntrica presente nas escolhas de métodos,

nas periodizações e nas fontes de análises que privilegiava o resgate de feitos de *grandes homens*. (SCOTT, 1992). (p.15).

No processo surge o termo *Mulheres* na discussão de *Gênero*. Sobre o tema:

Em muito contribuiu para esse processo o uso da categoria *mulher*, que estava ligada às discussões sobre o conceito de patriarcado, compreendido enquanto sinônimo da dominação masculina. A categoria *mulher* pressupunha a existência de um tipo de opressão comum que atingia, indiscriminadamente, a todas as pessoas do sexo feminino (Idem, p.15 Apud PISCITELLI, 2002). (p.15).

Surtem alguns questionamentos:

A proposta de crítica e desconstrução da figura do homem universal evidenciava que a categoria *mulher*, construída no singular por estudiosas feministas, constituía-se como um conceito contraditório e equivocado (HARDING, 1998). Assim, ao criticar o privilégio epistêmico das mulheres brancas, enfatizando a diversidade presente na experiência feminina, ficou explícita a necessidade de reescrever o projeto político e teórico de emancipação das mulheres como sinônimo da luta empreendida pelos *feminismos*, sempre no plural. (p.16).

Esse momento dos feminismos na academia é importante para apresentar demanda por visibilidade. Gurgel (2014) aponta o reconhecimento da diversidade das mulheres no interior dos feminismos – meados de 1980, as lutas feministas já se aproximam de uma demanda mais social – em relação a pobreza – que marca a luta na América latina. Destaco esse ponto porque é a partir dessa diversidade do movimento que emergem debates sobre o movimento feminista negro. No dossiê (2017) sobre direitos humanos e mulheres negras no Brasil (Fórum Permanente pela Igualdade Racial – FOPIR⁹) encontramos dados atuais que ilustram algumas questões:

Dados demográficos: Em 2013 o Brasil tinha uma população de 59.4 milhões de mulheres negras, correspondendo a 51,8% da população feminina e 27,7% da população brasileira total (IPEA, 2013). (...) Situação social: As mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza. Somente 26,3% das mulheres negras viviam entre os não pobres, enquanto que 52,5% das mulheres brancas e 52,8% dos homens brancos estavam na mesma condição (IPEA, 2011). (p.11). (...) A taxa de homicídios de mulheres negras em todo o país é 2,25 vezes mais alta do que a taxa de homicídios de mulheres brancas. (p.15).

Os dados ajudam entender a complexa relação que precisamos estabelecer para dar destaque e importância ao feminismo na experiência das mulheres (negras). Estudos apontam avanços do feminismo (Diniz e Fortran, 2004; Gurgel, 2014, Correa, 2016) e localizam a produção dos estudos dentro da questão de gênero; com dados históricos da produção acadêmica e do movimento feminista. Em relação ao movimento negro, há dois marcos: a retomada dos estudos sobre a questão

⁹ <http://fopir.org.br/dossie-sobre-situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-violacoes/1605>

racial no início da década de 1980, com trabalhos sobre desigualdade social, mercado de trabalho e educação, e, recentemente, com as cotas raciais e as políticas de ações afirmativas.

Em *A Dominação Masculina*, Pierre Bourdieu (2002) explica a (re)produção dos gêneros e a persistência das relações de dominação de gênero a partir do conceito de *habitus*, sistema (socialmente constituído) de disposições cognitivas e somáticas, modo de ser, estado habitual, especialmente do corpo, sujeito à inércia (resistência física à modificação de seu estado de movimento). A subjetividade de gênero, corporificada, ou seja, estruturada internamente e expressa em posturas masculinas ou femininas (experiência individual), é continuamente realimentada e reforçada pela objetividade da realidade social, ou seja, por uma organização social baseada em divisões de gênero (experiência histórica). Gurgel (2014) diz:

Ao identificar o sistema patriarcal como o seu inimigo histórico (DELPHY, 2000), o feminismo definiu suas estratégias, tendo como base a superação dessa práxis de dominação. Assim sendo, como afirma Falquet (2011), a unidade relativa do feminismo em torno desse projeto emancipatório e a experiência de educação popular, impulsionadas pelas organizações de mulheres, são, sem dúvida, elementos que demarcam a memória social do feminismo, funcionando como catalizadores dos debates atuais em torno da representatividade do movimento, situado no contexto do neoliberalismo. (p.69).

Santos (2016) traz experiência do feminismo negro, questionando a categoria *mulher*, no singular, traduzindo equivocada sensação de homogeneidade, além de discutir “sobre a pertinência do conceito de patriarcado, que passou a ser entendido como esvaziado de conteúdo, ao ser tratado como um sistema opressivo, a-histórico e essencialista (PISCITELLI, 2002).” (p.16). Nesse momento ela destaca a importância da teoria do *Black Feminism*, que “desenvolveu-se de modo expressivo nos Estados Unidos por meio das proposições de Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks e, mais recentemente, Patricia Hill Collins, entre outras.” (idem, ibidem, p.16). Destaca ainda a obra de Lélia Gonzalez (antropóloga e feminista negra brasileira). Para a autora, há uma naturalização da escravidão e das condições das mulheres negras:

Dentro da oposição binária corpo/mente, a imagem da mulher negra foi historicamente associada ao *corpo*, que marca o lugar de significação da diferença, e representada como a alteridade radical contraposta à figura do homem branco, vinculado à mente e à racionalidade. (p.16).

Nossas argumentações e levantamentos teóricos servem para ilustrar argumentos das problemáticas do movimento negro, e mais ainda na experiência das mulheres negras – dentro da esfera do próprio feminismo. A potencialidade do feminismo negro é subversiva, afronta a hegemonia da dominação masculina e a hegemonia da cultura branca exclusivista; e questiona a invisibilidade das mulheres negras. (p.17). É da compreensão dos diferentes sistemas de opressões

que o movimento negro feminista vai definir o conceito de *interseccionalidade* como referência fundamental. Sobre o tema, Santos diz que (idem, p.18):

(...) sistematizada conceitualmente pela professora de direito Kimberlé Crenshaw na década de 1990, encontra-se na base do pensamento do feminismo negro. Esta corrente teórica não teve origem nos anos 1980, como aponta parte da bibliografia. Na verdade, ela surgiu na metade do século XIX, quando Sojourner Truth (1797-1883), que é definida como a pioneira da teoria do feminismo negro norte-americano, proferiu o discurso *Ain't I A Woman?* na Conferência dos Direitos da Mulher de Ohio em 1852.

É importante apontar que “desta forma, discutir de modo relacional os significados da negritude e da branquidade, assim como as especificidades de outros grupos étnico-raciais, constitui um dos desafios do campo dos estudos feministas no cenário atual.” (Vron Ware 2004, p. 17 apud Santos 2016, p.18). No Brasil,

Desta forma, com o intuito de superar a invisibilidade das mulheres naqueles registros, foi desenvolvido, a partir da década de 1970, o campo historiográfico intitulado como História das Mulheres, que se tornou uma importante área dos estudos feministas internacionalmente. Para Joan Kelly Gadol (1992, p. 123) a “*historia de la mujer tiene un doble objetivo: restituir a la mujer en la historia y devolver nuestra historia a las mujeres*”, pois o desconhecimento de sua própria história, enquanto grupo social, fundamentou a opressão vivida pelas mulheres. Por este motivo, Gadol defende que a apropriação de seu passado e legado de lutas poderia desempenhar um papel transformador na realidade deste grupo. (p.19).

Santos quer apontar para invisibilidade das mulheres negras dentro da historiografia no campo da História das Mulheres (Apud SCOTT, 1992). Para ela, “a violência simbólica instituída contra a mulher negra nesses estudos *“está na não-representação, na negação, que é uma recusa de existência social e de humanidade.”* (WIEVIORKA, 2007, p. 130).” (p.21). É importante destacar contrapontos, como o trabalho de Maria Lúcia de Barros Mott (1991); sobre a trajetória de mulheres negras, escravizadas e libertas que empreenderam distintas práticas de resistência no período colonial. Um ponto da nossa formação nacional fica muito claro quando ela revela a luta contra questão da violência sexual sofrida pelas mulheres negras escravizadas. (pp. 21-22). .

A luta das mulheres negras entrou na “Zona de silêncio” na produção acadêmica no Brasil, diferente da Norte Americana, que já tratava da questão de “cor” meados de 1981. Nessa historicidade com idas e vindas de conceitos e projetos de feminismos, para ela é importante o retorno da categoria *mulher* substituído pelo termo *gênero*, que gerou enfraquecimento da prática política feminista ao diluir o sujeito mulher. É fundamental a disseminação do conceito de *interseccionalidade* e da categoria *branquidade* além de evidenciar a diversidade que permeia a experiência das mulheres, em intersecção com gênero e outros marcadores sociais. (p.28). São

estratégias fundamentais para romper os silêncios e desafiar noções de discriminação e desigualdade, por isso é importante “*escrever a respeito delas e assim tornar histórico o que até então havia sido escondido da história.*” (SCOTT, 1999, apud Santos 2016 p. 23).

CONCLUSÕES (parciais)

O artigo marca o primeiro ano de doutoramento em Política Social, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). A pesquisa vai agora para fase dos projetos de extensão, por isso que as conclusões do artigo são referentes as proposições. Em sua tese, Resende (2016, p.13) se questiona:

Como produzir um espaço capaz de abrigar as diferenças e lugares múltiplos que, juntos, possam produzir sentido? Isso significaria portanto pensar os meios, os processos, os modos de fazer, pensar antes da ideia de “obra” – como coabitar o mundo, pois o mundo não é algo que demanda ser fundado, mas que é feito para ser habitado, como foi dito numa discussão em torno do *Ver juntos* (2003: p. 54), de Jean-Toussaint Desanti (...) . (p.13).

Após acontecimentos de violência contra as mulheres na cidade de Santo Antônio de Pádua (cerca de 250 km de Niterói-RJ, onde tem um campus da UFF) achamos importante propor os cursos, discutindo questões específicas da *cultura do machismo* para buscar estratégias de combatermos. Os diálogos são via direitos humanos, o cinema como tema gerador e possibilidade criativa através do fazer documentário; desvelando uma questão político-social. Com o artigo tentamos dar visibilidade aos estudos feministas, com ênfase na questão étnico-racial, desvelando a importância das mulheres negras para emancipação da população negra. A ideia central do artigo foi contemplar perspectivas do pensamento social, especificando a questão feminista negra.

Reafirmamos a importância do surgimento do movimento feminista para compreender a *dominação masculina* nas estruturas de poder. Os argumentos ajudam pensar sobre a estrutura pautada em uma histórica desigualdade, com traços racistas – dentro de uma hierarquia social escravista. A partir disso, podemos levantar hipóteses macrossociológicas, compreendendo a pluralidade do campo e elaborando formas de combatermos a opressão social imposta pela estrutura desigual dentro das esferas de poder (político, econômico, social, cultural) que gera em nossa argumentação, ausência de mulheres negras cineastas.

As escolhas teóricas apontam conceituações – como se verifica no próprio título do artigo. Utilizamos “Feminismo negro” e optou-se por não utilizar o termo “Gênero”, reivindicação em pauta no estudo de Santos (2016) – dando ênfase na questão das *Mulheres*, que foi pouco a pouco substituída por *Gênero* – inviabilizando questões específicas das *mulheres*. Este artigo, portanto, tem estreita ligação com questões específicas das mulheres – embora o autor reintere sua não

experiência feminina, e, portanto, distinta da experiência das mulheres na cultura, por exemplo.

Há posto o limite da experiência, e há posto o interesse acadêmico de compreender o campo dentro dessa mesma limitação subjetiva da vivência humana. Neste sentido, o estudo vai tomar como base questões sobre identidades sociais, onde precisamos apontar a minha distinta experiência do grupo social que trato na tese (construindo uma matriz feminista para estudos sobre gênero e masculinidades). A justificativa para o desafio são as atividades como docente Universitário, interessado em romper com estruturas e desvelar questões políticas sociais.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **O autor como produtor. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDIEU, Pierre. **O mercado de bens simbólicos.** In: Estudos sobre as artes e o mercado. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DINIZ, D.; FOLTRAN, P. **Gênero e feminismo no Brasil uma análise da revista estudos feministas.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, set-dez/2004.

GURGEL, Telma. **Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos.** Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, jan./jun. 2014.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias.** Rev. Estudos Feministas, ano 9, 2001.

MEDRADO, B.; LYRA, J.. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre gênero para os estudos sobre homens e masculinidades.** Rev. Estudos Feministas, ano 14, 2008.

RESENDE, Douglas, 1981-. **O espaço comum na prática do filme documentário [manuscrito]: memórias de uma comunidade de cinema / Douglas Resende.** – 2016. 165 f., : il. + 1 DVD. Tese (doutorado) – UFMG, Escola de Belas Artes.

TEDESCO, M. C.. **Da esfera privada à realização cinematográfica: a chegada das mulheres latino-americanas ao posto de diretoras de cinema.** Extraprensa (USP) – Ano VI – nº 10.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. **Os estudos feministas e o racismo epistêmico.** Revista GÊNERO, Niterói, v.16, n.2 (p. 7 – 32) 1.sem. 2016.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. **As ONGs de mulheres negras no Brasil.** Rev. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.